

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Autora: Francieli de Assunção

Título do Trabalho: VAMOS FALAR SOBRE SUICÍDIO? Reflexões sobre a formação em psicologia a partir de uma análise documental.

Natureza: Trabalho de Conclusão de Curso

Objetivo: aprovação na atividade de ensino TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO PSICOLOGIA II

Nome Completo UFRGS: Curso de Graduação Psicologia

Orientadora: Cláudia Mária Perrone

Porto Alegre, 2021

Resumo: Esse trabalho tem por objetivo identificar como a temática suicídio se apresenta, em seus aspectos formais, nas instituições de ensino que ofertam o curso de graduação em psicologia no estado do Rio Grande do Sul. Para atender ao objetivo foi realizada uma análise documental dos ementários de nove instituições de ensino que ofertam a graduação em psicologia nesse estado. Ao longo da análise, buscou-se identificar a presença e os espaços dados ao termo suicídio em tais documentos. E o que pôde-se perceber ao longo da pesquisa, no que se refere ao currículo declarado, ou seja, no campo do explícito, do formal, daquilo que está registrado, foi a oferta de um arcabouço muito reduzido de possibilidades de discussão a respeito da temática “suicídio” e/ou assuntos correlatos. Ou ainda, que essas são discussões direcionadas a etapas e contextos restritos, em que já se espera, ou se poderia considerar inevitável tratar de tais assuntos. Com as reflexões presentes no trabalho, espera-se que para além da prática, ou dos esforços individuais da comunidade acadêmica, a relevância e as possíveis conexões com o tema sejam registradas nos documentos que orientam a formação dos profissionais de psicologia, inclusive podendo ser incluído enquanto Diretriz Nacional Curricular. Principalmente, pelo entendimento de que o tema suicídio é assunto comum no exercício da profissão dos(as) psicólogos(as), e que a prevenção, como elemento fundamental na preservação da saúde mental dos indivíduos, está conectada à (in)formação desses profissionais.

Palavras-chave: Suicídio; Graduação em Psicologia; Projeto Pedagógico de Curso.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Trabalho de Conclusão do Curso de Psicologia

Francieli de Assunção

VAMOS FALAR SOBRE SUICÍDIO?

Reflexões sobre a formação em psicologia a partir de uma análise documental

Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Perrone

Porto Alegre
2021

1. INTRODUÇÃO

A prevenção ao suicídio continua sendo um desafio global. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), o suicídio está entre as 20 principais causas de morte para pessoas de todas as idades, sendo ainda mais representativa na faixa etária de 15 a 29 anos. A cada ano, mais de 800 mil pessoas tiram a própria vida - uma morte a cada 40 segundos - e um número ainda maior tenta suicídio (OMS, 2019). Entendendo o acesso à informação como uma forma de prevenção, a chamada “Vamos falar sobre suicídio?” tem sido um convite para que se possa debater e refletir mais amplamente sobre esse assunto ainda tão delicado.

Nesse contexto, uma das campanhas de maior destaque no Brasil é a do “Setembro Amarelo”. Esse movimento foi criado em 2015, e associa a cor ao mês que marca o Dia Mundial de Prevenção do Suicídio (10 de Setembro) e busca conscientizar a população sobre a prevenção ao suicídio. Além de intervenções visuais em diversos monumentos do país, podemos acompanhar ações como caminhadas, reportagens, materiais gráficos, vídeos, palestras ou ainda o uso do laço amarelo no peito.

Essas ações proporcionam maior visibilidade e ampliam as discussões sobre o tema. Logo, são fundamentais para que se possa alcançar aquela que pode ser considerada a primeira medida preventiva: a educação. Descortinar informações ligadas ao tema é essencial para que as ações de prevenção sejam bem-sucedidas (CVV, 2017). Não obstante, apenas um trabalho relacionado à divulgação de conteúdos visando a prevenção ao suicídio não é suficiente. Há a necessidade de uma rede de profissionais preparada para lidar com o enfrentamento dessa questão no antes, durante e depois dos (possíveis) episódios. E isso vai ao encontro da proposta e construção desse trabalho de conclusão de curso.

Também lastreia a investigação a compreensão do suicídio como um fenômeno multidimensional e que apresenta aspectos psicológicos, biológicos, socioculturais e ambientais com a necessidade da realização de um trabalho em rede por profissionais de diferentes áreas (MÜLLER, PEREIRA, ZANON, 2017). É nesse contexto que os psicólogos devem se fazer presentes e atuantes nas mais diversas possibilidades de ação, isto é, no campo escolar, clínico, social, comunitário, hospitalar, desportivo, organizacional e assim por diante.

Diante do exposto, reflete-se: os cursos de graduação em Psicologia têm abarcado a temática do suicídio nos documentos que orientam a formação desses profissionais, nos diversos campos de atuação? É a partir dessa questão que o trabalho de conclusão de curso teve por objetivo **identificar como a temática suicídio se apresenta, em seus aspectos formais, nas instituições de ensino que ofertam o curso de graduação em psicologia no estado do Rio Grande do Sul**. Parte-se do pressuposto que o suicídio é um assunto relevante na formação dos psicólogos, uma vez que é recorrente para esse público deparar-se com a sua ocorrência em diferentes contextos, durante sua formação e prática profissional.

Importa ainda destacar que os sentidos e significados atribuídos ao suicídio se modificam e complementam em cada período histórico. Assim, pode-se dizer que a própria produção científica e os

registros acerca da temática são construídos em diálogo com as circunstâncias da sociedade. Logo, é imprescindível a contextualização desta escrita em sua temporalidade - os anos de 2020 e 2021 - em que a humanidade vivencia a pandemia de Covid-19 em um contexto de polícrises (econômica, política, sanitária, ambiental).

Como trata-se de um contexto em curso, não se consegue precisar com exatidão os efeitos da pandemia na saúde mental, porém há sugestões de que o suicídio provavelmente se tornará uma preocupação mais premente à medida que a pandemia avance e tenha efeitos a longo prazo sobre a população em geral, a economia e os grupos vulneráveis (GUNNELL *et al.*, 2020; BROOKS, *et al.*, 2020). Mesmo que não esteja no objetivo central desse estudo, esse recorte temporal é importante nas pesquisas que venham a lidar com o tema.

Enquanto estrutura, além dessa introdução, o trabalho apresenta uma revisão da literatura que é subdividida em dois tópicos principais: i) Sentidos e Significados do Suicídio; e ii) Formação em Psicologia no Brasil. Posteriormente, os procedimentos metodológicos são descritos e os resultados analisados e discutidos. Na seção que encerra este estudo, são apresentadas as considerações finais com suas potenciais contribuições e limitações, assim como sugestões para futuras pesquisas.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Sentidos e Significados do Suicídio

O suicídio pode ser considerado um tema tabu e carregado de múltiplos significados e interpretações. Ele ainda é tomado de forma depreciativa, moralizante, indicativo de problemas de saúde mental e/ou envolvido em um processo de culpabilização ora social, ora individual (FEIJOO, 2018). Por vezes é encarado como um conceito fechado e que já conhecemos suficiente sobre a sua dinâmica (AZEREDO, 2020), outras vezes é percebido como algo abstrato e que necessita de uma construção que dê conta de sua complexidade (FEIJOO, 2018).

Com o tempo, esse fenômeno sofreu modulações no que diz respeito às suas formas de compreensão. Em diversos estudos, o suicídio é visto como um “fenômeno universal” (MINAYO, 1998; VICTORA, 1998; COUTINHO, 2010; PEREIRA, 2018; TEIXEIRA; SOUZA; VIANA, 2018; BARROS; AQUINO, 2019), no sentido de que ele acontece “*pari passu* à emergência da consciência”, acompanhando a própria história da humanidade (MINAYO, 1998, p. 423). Contudo, um olhar para o suicídio que vai além dessa universalidade é necessário, entendendo este como um fenômeno “construído e desvelado a partir de possibilidades de sentido, afinadas à produção de compreensibilidades, de um horizonte histórico” (AZEREDO, 2020, p. 30).

Logo, percebe-se uma impossibilidade de dissociá-lo de uma dada temporalidade, cultura e sociedade, uma vez que o significado do suicídio possui uma estreita relação com os significados atribuídos à vida e à morte em cada momento histórico (NETTO, 2007). Partindo do pressuposto de que as definições teóricas sobre a temática do suicídio, se alternam, se complementam e até mesmo se contradizem ao longo do tempo, é preciso considerar que “há diversas possibilidades históricas, sociais

e culturais de nomear e de atribuir sentido ao suicídio” (LOPES, MARQUETTI, 2019, p. 05). Numa breve retomada histórica, observa-se que em algumas civilizações antigas, o suicídio estava presente como uma possibilidade no percurso da vida e esvaziado de temores.

Por exemplo, para a civilização Maia o suicídio era visto como uma forma honrosa de morrer, para os esquimós era um pré-requisito para usufruir do paraíso; essa forma de morrer resultava em sabedoria para o povo mesopotâmico (TAVARES, 2019). De modo geral, na civilização antiga Greco-romana era tolerado desde que considerado legítimo pela sociedade, ou seja, a “morte voluntária” precisava ser justificada pelos motivos consentidos: devoção, sofrimento insuportável, viuvez, ato heroico, loucura, culpa, vergonha, velhice ou cansaço (tédio), entre outros (CARVALHO; DEUSDEDIT JÚNIOR, 2017; LESSA, 2018; CUSTÓDIO; ANUNCIAÇÃO, 2018; VERÍSSIMO *et al.*, 2019). Assim, pode-se dizer que dentro de uma concepção de autonomia e razão o suicídio era respeitado.

Na Idade Média, há uma mudança de perspectiva em relação ao suicídio, ele passa a ser visto não mais como um ato heroico ou prova de coragem, mas como ato reprovável. Esta mudança em relação ao suicídio vai se firmando à medida em que a doutrina cristã se apoia nos argumentos de Platão e dos pitagóricos “de que a vida é uma dádiva de Deus e de que os nossos sofrimentos, sendo divinamente ordenados, não podem ser abreviados por nossas ações” (ALVAREZ, 1991, p. 08). Assim, Santo Agostinho transforma o quinto mandamento “não matarás” em uma proibição “não apenas ao assassinato, mas também à morte de si” (ANDRE, 2018, p. 163), e por conseguinte, o suicídio torna-se um ato pecaminoso. É possível afirmar que o caráter moralizante do suicídio se concretiza na tradição cristã, quando todos os tipos de suicídio são interditados e categorizados como o mais mortal dos pecados, por Santo Agostinho (LESSA, 2018; ANDRE, 2018). Contudo, é importante ressaltar que a visão da Igreja em relação ao suicídio nem sempre foi de condenação. Encontra-se na Bíblia (Antigo Testamento) diferentes registros de casos de “morte voluntária” sem preceito cultural ou religioso. A saber: “Saul, ao final de uma batalha perdida contra os filisteus, deixa-se cair sobre sua espada” (LESSA, 2018, p. 05), ou no Evangelho de São Mateus o caso de Judas que, “tendo vendido e crucificado Jesus, enforcou-se” (JORGE; LAURENTI, 1997, p. 01).

Após a Idade Média, pode-se observar ações que buscam descriminalizar o suicídio com a reafirmação dos conceitos racionais greco-romanos e influenciados pela *intelligentsia* francesa, o que fica bem evidente após a Revolução Francesa em que não há penalizações para o suicídio nos códigos napoleônicos. A obra *Anatomy of Melancholy*, de 1621, do inglês Richard Burton marca novamente uma estigmatização do suicídio, quando se relaciona a “morte de si” com a “uma mente saudável” (RIVERA, 2015). Ao longo dos anos, outras posições diversificadas foram apresentadas sobre as motivações do suicídio, entendendo que este fosse consequência de: imitação de outras situações já ocorridas; resultado de transtornos mentais; hereditariedade; divórcio e até de fatores climáticos de determinados lugares da Europa (DURKHEIM, 2000). No entanto, mesmo que os estudos

desenvolvidos tentassem afastar o fenômeno do suicídio da moral religiosa, acabavam apontando outros critérios moralizantes para a explicação do ato de dar fim à vida (LESSA, 2018).

Para além do aspecto moral do suicídio, Santo Agostinho desempenhou papel fundamental para a conceituação do termo, mesmo que este ainda não houvesse sido cunhado na época de sua obra *A Cidade de Deus*. O termo “suicídio” que em português podemos traduzir para “o ato de tirar a própria vida” (DICIO, 2020) possui uma conotação negativa por seu estreito parentesco semântico com a palavra “homicídio” (PUENTE, 2008), como um “desdobramento extemporâneo do quinto mandamento” (ANDRE, 2018, p. 164). Contudo, entende-se que a consolidação da palavra é recente, sobretudo sem consenso em relação ao seu primeiro registro.

Para alguns, o surgimento do termo *suicidium* se deu em 1656 no tratado *Theologia Moralis Fundamentalis* de Carmuel e para outros em 1643 na obra *Religio Medici*, escrito pelo médico inglês Thomas Browne (PUENTE, 2008). Apesar de remeter ao latim: *sui* (pronome reflexivo, “a si mesmo”) + *caedere* (verbo designando o ato de golpear ou matar), a formação da palavra suicídio é irregular, pois de acordo com Puente (2008, p. 14) “o vocábulo em questão jamais poderia ter existido no latim clássico, pois este não criava palavras utilizando-se de pronomes como prefixos”. Esta combinação linguística, se traduzida literalmente, seria motivo de deboche, pois “aos ouvidos de Cícero, *suicidium* teria soado como ‘abate de porcos’ (sus=suíno)” (VAN HOOFF, 2002, p. 137 *apud* ANDRE, 2019, p. 165).

Ainda de acordo com Alejandro Morin (2008), até meados do século XVII a existência da palavra “suicídio” ou similares era quase nula nas línguas ocidentais. Assim, era comum que se fizesse a descrição do ocorrido ou o uso de perífrases para se referir ao suicídio. Nos textos medievais, pode-se encontrar a utilização dos termos *sui homicida* (assassino de si mesmo) e *desperatus* (desesperado, sem esperança) em referência às “pessoas que se matam”. Esta relação com o termo *desperatio* (desespero) é proveniente do âmbito teológico, “e redireciona a morte de si mesmo para um pecado gravíssimo, que se constitui na desesperança em relação a misericórdia divina, o que implica, em última análise, a negação dos poderes de Deus, bem como da vida eterna” (MORIN, 2008, p. 160). Essas palavras passaram a ser usadas com frequência, sem fazer referência a origem teológica, produzindo assim uma sinonímia entre “desesperados” e “suicidas”.

Sob essa perspectiva, pode-se dizer que, de modo geral, o tema em questão foi tratado “por muitos anos somente sob uma perspectiva moral, como um ato de violência contra a vida, dom sagrado e divino” (RIBEIRO; NEPONUCENO JÚNIOR, 2018, p. 23). Os autores ainda confirmam que a partir das contribuições de Albert Camus associou-se o suicídio a um elemento especialmente importante: *o sentido que se dá a vida*. É essa nova perspectiva que suscita diversos questionamentos: “seria o suicídio um ato moral, imoral, ético, antiético, sano ou insano? Seria, de fato, uma escolha, uma imposição ou uma falta de escolha? Seria uma fuga da vida ou uma busca pela vida por meio da morte?” (RIBEIRO, GUTIERREZ, 2018, p. 19). Essas indagações a respeito do suicídio apresentam possibilidades de respostas que se atualizam continuamente à medida que as variações de suicídios “surgem da relação

complexa entre indivíduo, sociedade e cultura” (RABELO, 2019, p. 31). Logo, entendendo que a vida humana nasce e se forma em meio a uma interação dinâmica de elementos que não deve ser vista de forma definitiva ou determinista, fica difícil separar onde começa e onde termina a influência de cada um desses elementos.

Assim, pensando sobre o suicídio, é condizente e respeitoso “não individualizá-lo nem socializá-lo a ponto de isolar uma variável como a causa determinista desse ato” (RABELO, 2019, p. 31). Em muitas produções científicas atuais o suicídio ainda é apresentado como “morte voluntária, homicídio de si mesmo, autodestruição, autoaniquilação, autoeliminação, violência autoprovocada” (LOPES, MARQUETTI, 2019, p. 05). Além disso, pode-se encontrar expressões como “modelos de suscetibilidade ao suicídio”, “conduta suicida”, “comportamento suicida”, “fatores de risco” entre outras terminologias que podem tender mais para um fechamento do que ampliação do debate e compreensão desse fenômeno. Entende-se que o foco sobre essa temática tende a objetificação, que serve ao propósito respeitável de gerar conhecimentos operativos, no caso da Epidemiologia, por exemplo. Contudo, esse modo de pensar o suicídio, por meio de embasamento determinístico causal, tem oferecido um arcabouço muito reduzido de possibilidades de significação (AZEREDO, 2020).

Não se trata aqui de negar a valiosa contribuição científica voltada à temática ao longo do tempo, mas sim “propor a prática de uma atitude antinatural, de suspensão de interpretações hegemônicas frente a uma determinada questão”, principalmente em relação a um fenômeno que excede justificativas deterministas, como é o suicídio (AZEREDO, 2020, p. 33). Com essa atitude de “estranhamento”, onde se faça, então imprescindível a suspensão de juízos sobre o que não é evidente, busca-se um alargamento de compreensibilidade e a aproximação das questões que possam estar entrelaçadas neste processo de “(in) decisão de pôr fim à vida” (AZEREDO, 2020, p. 33).

Além do mais, importa dizer que o contexto de pandemia vem apresentando novos contornos em relação à temática do suicídio. Afinal, o estado de calamidade pública ligado à Covid-19 tem potencial de alterar comportamentos individuais e coletivos, as próprias relações sociais e as expectativas em torno da vida, assim como reforçar a importância da saúde mental ante o enfrentamento do novo coronavírus (PORCINO *et al*, 2020). A quarentena, por sua vez, mostra-se uma experiência negativa para aqueles que estiveram separados dos seus entes queridos, sentiram a perda de algum conhecido, tiveram a liberdade limitada e tantos outros riscos potenciais, como o próprio suicídio (BROOKS *et al*, 2020). Logo, a pandemia é um fator contextual relevante ao momento, tendo em vista que o suicídio é um fenômeno sócio-histórico, multidimensional e (a)temporal.

2.2 Formação em Psicologia no Brasil

O processo de regulamentação da Psicologia como profissão no Brasil, foi extenso e marcado por debates e negociações. Contudo, nesta seção optou-se por resumir alguns dos principais acontecimentos que compreendem o percurso da profissionalização da psicologia em três períodos: (i) o período pré-profissional que compreende as primeiras experiências formativas, sem sistematização

do saber psicológico e/ou regulamentação da profissão; (ii) o período do Currículo Mínimo (CM) instituído pela Lei nº 4.119/62 e pelo Parecer nº 403 do antigo Conselho Federal de Educação (CFE); e (iii) o período das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), instituídas em 2004 e reformuladas em 2011 (TRAVASSOS; MOURÃO, 2018; OLIVEIRA, 2015).

No período anterior a regulamentação da psicologia como campo disciplinar e de prática profissional, a formação era desenvolvida por meio de cursos de especialização ou cursos breves com viés tecnicista. Uma das primeiras experiências de especialização ocorreu em São Paulo, no ano de 1953, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (RUDA; COUTINHO; ALMEIDA FILHO, 2015). Já o Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP), situado no Rio de Janeiro, oferecia cursos breves, voltados para o preparo técnico de profissionais habilitados ao exercício da Psicotécnica (ISOP, 1949, 1951, 1952).

Após longo processo permeado por disputas políticas e negociações, envolvendo diferentes entidades sociais, se tem a Lei nº 4.119/62 que regulamenta a formação e o exercício profissional do psicólogo (FERNANDES, 2016). O texto da lei, assinada em 27 de agosto de 1962, sobre a formação em psicologia no Brasil conduzia a três habilitações distintas: licenciado, bacharel e psicólogo (RUDA; COUTINHO; ALMEIDA FILHO, 2019). Refletindo assim, o referencial psicotécnico que constituía a atividade na época, em que se orientava “a utilização de métodos e técnicas psicológicas com objetivos de diagnóstico psicológico, orientação e seleção profissional, orientação psicopedagógica e solução de problemas de ajustamento” (RUDA; COUTINHO; ALMEIDA FILHO, 2015, p. 60).

Ainda no ano de 1962, em 19 de dezembro, o parecer nº 403, do antigo Conselho Federal de Educação, estabeleceu o Currículo Mínimo e a duração do curso superior de psicologia (ABEP, s/d). Este documento, dentre outras determinações, previa um conjunto de matérias comuns para o bacharelado e licenciatura, bem como o tempo de duração de quatro anos letivos. Já para a formação de psicólogo o tempo de duração do curso era de cinco anos, havendo a obrigatoriedade de cursar matérias específicas e o estágio supervisionado (BRASIL, 1962a, 1962b).

Desde então, o Currículo Mínimo, que entrou em vigor em 1963, foi alvo de críticas que apontavam para uma formação fragmentada e descontextualizada. Ou seja, a formação baseada neste currículo fracionava o conhecimento em partes demasiadamente teóricas e conteúdos que careciam de maior integração entre eles e maior diálogo com a prática profissional, fazendo com que a formação do psicólogo não fosse suficiente para corresponder à complexidade das demandas sociais. Assim, diversas discussões foram realizadas a respeito do currículo mínimo, na direção de suscitar modificações e sua necessária adequação aos novos contextos (FERNANDES, 2016; BARBOSA, 2007).

Contudo, essas tentativas de mudanças, até o início dos anos 90, tiveram como resultado apenas alterações superficiais, como a inclusão ou retirada de disciplinas (BARBOSA, 2007). Logo, as mudanças curriculares ocorreram de fato ao final da década de 1990. Neste período, os principais órgãos representativos dos psicólogos (Conselho Federal e Conselhos Regionais), juntamente com representantes de cursos e discentes, intensificaram as discussões a respeito da revisão no modelo de

formação profissional (BARBOSA, 2007). Esse movimento de reflexão sobre a formação do psicólogo, sobre a psicologia como ciência e profissão, foram fundamentais para os debates sobre a pertinência do currículo mínimo e as mudanças factuais nos modelos de formação (OLIVEIRA, 2015).

Pode-se destacar como marco histórico desse processo o “I Encontro de Coordenadores de Cursos de Formação de Psicólogos”, realizado pela Câmara de Formação do CFP, em 1992, que contou com 98 das 103 instituições que ofereciam a formação em Psicologia na época (BARBOSA, 2007). Este encontro, conhecido como “Encontro de Serra Negra”, tinha como proposta ouvir os responsáveis pelos cursos de Psicologia de diferentes instituições, e assim, elaborar propostas de mudanças (ROCHA JUNIOR, 1999). Tal encontro ratificou, por meio da mobilização das instituições, a necessidade de mudanças no processo de formação acadêmica, oportunizando o amadurecimento dessas ideias e produzindo a “Carta de Serra Negra” (ROCHA JUNIOR, 1999; BARBOSA, 2007). Essa carta aprovou os sete princípios orientadores para a formação acadêmica, a saber:

1) o desenvolvimento da consciência política de cidadania, e o compromisso com a realidade social e a qualidade de vida; 2) o desenvolvimento da atitude de construção de conhecimento, enfatizando uma postura crítica, investigadora e criativa, fomentando a pesquisa num contexto de ação-reflexão-ação, bem como viabilizando a produção técnico-científica; 3) o desenvolvimento do compromisso da ação profissional cotidiana baseada em princípios éticos, estimulando a reflexão permanente destes fundamentos; 4) o desenvolvimento do sentido da universidade, contemplando a interdisciplinaridade e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; 5) o desenvolvimento da formação básica pluralista, fundamentada na discussão epistemológica, visando a consolidação de práticas profissionais, conforme a realidade sociocultural, adequando o currículo pleno de cada agência formadora ao contexto regional; 6) o desenvolvimento de uma concepção de homem, compreendido em sua integralidade e na dinâmica de suas condições concretas de existência; 7) o desenvolvimento de práticas de interlocução entre os diversos segmentos acadêmicos, para avaliação permanente do processo de formação (JAPUR, 1994, p. 44).

Simultaneamente ao movimento na psicologia, existiam debates sobre propostas de reformulação do ensino básico e ensino superior brasileiro, que culminaram com a aprovação da Lei nº 9.394 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB. Com a promulgação desta lei, em 20 de dezembro de 1996, o Ministério da Educação instituiu a Comissão de Especialistas em Ensino de Psicologia (CEEP) com intuito de estudar e propor uma nova direção para a formação em Psicologia, e por conseguinte a substituição ao Currículo Mínimo (OLIVERIA, 2015), permitindo assim maior flexibilidade e adaptação dos conteúdos, face às mudanças na sociedade.

Mais à frente, em 1999, os diálogos realizados entre a comissão de especialistas e as entidades acadêmicas, científicas e profissionais da área, lastrearam a minuta das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), apresentada ao MEC pela comissão de especialistas (BARBOSA, 2007). Contudo, a minuta não foi homologada e voltou a ser debatida, principalmente, por apresentar divergências quanto aos “perfis do profissional da psicologia (bacharelado, licenciatura e formação de psicólogo)” (DAMASCENO *et al.*, 2016, p. 249). Pois, mesmo as opiniões divididas, mostravam consenso em relação à formação generalista (FERNANDES, 2016). Buscava-se uma terminalidade única, “oferecendo uma formação do psicólogo abrangente e pluralista, fundamentada em pilares

epistemológicos e teóricos com vistas à consolidação de práticas profissionais comprometidas com a realidade sócio-cultural” (BRASIL, 2004a, p. 02).

Somente em 2004, após numerosos e intensos debates se teve a aprovação pelo Parecer nº 62/04 (BRASIL, 2004a), instituídos na Resolução 08/2004 (BRASIL, 2004b), que fixou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Psicologia. Assim, as DCNs possibilitaram flexibilidade curricular, e de certa forma, oportunizaram “o reconhecimento da pluralidade epistêmica da psicologia” (RUDA; COUTINHO; ALMEIDA FILHO, 2019, p. 436). Essas diretrizes constituem “as orientações sobre princípios, fundamentos, condições de oferecimento e procedimentos para o planejamento, a implementação e a avaliação” do curso de Psicologia (BRASIL, 2004b, p. 01). Ademais, preveem a formação do psicólogo para a atuação profissional, pesquisa e ensino.

Dentre as mudanças que ocorreram com a implementação das DCNs, pode-se destacar a retirada das habilitações de bacharel e licenciado, passando o curso de psicologia a ter “como meta central a formação do Psicólogo” (BRASIL, 2004b, p.01). Outra alteração significativa, diz respeito a inclusão dos estágios básicos, que diminuíram o peso do estágio específico ao final do curso (OLIVEIRA, 2015). Nessa nova proposta, o conceito de competências se torna central no processo formativo, fazendo referência aos desempenhos e atuações requeridas do formado em Psicologia. Essas competências “devem garantir ao profissional um domínio básico de conhecimentos psicológicos e a capacidade de utilizá-los em diferentes contextos que demandam a investigação, análise, avaliação, prevenção e atuação em processos psicológicos e psicossociais, e na promoção da qualidade de vida” (BRASIL, 2004a, p. 08).

Em 2009, apontou-se a necessidade de alteração do artigo 13 da Resolução 08/2004, devido à falta de clareza sobre a formação de professores de psicologia. Contudo, optou-se pela reedição das Diretrizes de 2004 na íntegra, resultando assim na aprovação da Resolução CNE/CSE nº 5, de 15/03/2011 que instituiu as Diretrizes Nacionais Curriculares para os cursos de graduação em psicologia e as normas para o projeto pedagógico complementar para a formação de professores de psicologia (DAMASCENO *et al.*, 2016). A partir dessa atualização, a formação docente deve ocorrer em projeto pedagógico complementar (SOUZA; FACCI; SILVA, 2018).

De modo geral, as DCNs de 2004 e 2011 impulsionaram mudanças nos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) e conseqüentemente na formação dos profissionais de psicologia. Dentre as mudanças destacam-se novas disciplinas e referências teóricas, que ampliam a formação e o(s) campo(s) de atuação do psicólogo (RIBEIRO; SOLIGO, 2020). Também importa dizer que “a expansão do ensino superior por meio das políticas públicas do governo federal (...) fizeram com que houvesse um aumento significativo de brasileiros ingressando no ensino superior nos últimos anos” (RIBEIRO; SOLIGO, 2020, p. 39).

De acordo com o Conselho Federal de Psicologia, há atualmente no Brasil um total de 375.639 psicólogos registrados (CFP, 2020), sendo um dos países com maior número de psicólogos *per capita* em todo o mundo (RUDA; COUTINHO; ALMEIDA FILHO, 2019). Para a formação desse grande

contingente de profissionais, conforme dados do último Censo da Educação Superior realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em 2018, o país conta com 638 instituições (públicas e privadas) que oferecem o curso de psicologia, que atendem 260.725 alunos matriculados (INEP, 2019). No caso do Rio Grande do Sul, existem 23.986 psicólogos ativos cadastrados no Conselho Regional de Psicologia (CRP/RS, 2020) e 48 instituições que oferecem o curso para a formação desses profissionais, com um total de 17.039 alunos matriculados (INEP, 2019).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Em seu **delineamento**, esta pesquisa pode ser considerada exploratória por se propor a desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias ainda poucos explorados para então se obter hipóteses mais precisas e operacionalizáveis. Este tipo de pesquisa tem como característica a preocupação com a atuação prática e comumente envolve levantamento bibliográfico (GIL, 2008). Desta forma, há um alinhamento ao objetivo deste Trabalho de Conclusão de Curso de identificar como a temática suicídio se apresenta, em seus aspectos formais, nas instituições de ensino que ofertam o curso de graduação em psicologia no estado do Rio Grande do Sul.

A **coleta de dados** deu-se por meio do Sistema e-MEC, disponibilizado no site do Ministério da Educação. Para a busca no Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC, utilizou-se os seguintes campos da consulta avançada: i) busca por: “curso de graduação”, ii) curso: “Psicologia”, iii) UF: “Rio Grande do Sul”. No que se refere aos demais campos disponibilizados na busca avançada, não houve a necessidade de preenchimento. A partir dessas categorias, obteve-se o relatório por curso com 80 registros. Como critério de inclusão, optou-se por analisar os registros com situação de curso “em atividade” e nome de curso “psicologia”. Sendo assim, foram excluídos da análise os registros com situação “extinto” (3), “em extinção” (2) e o nome do curso “ontopsicologia” (1), restando 74 registros para análise. A tabela 1 trata sobre os critérios de inclusão e exclusão a respeito dos 80 registros obtidos no relatório e-MEC:

| Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC | | |
|--|-----------|------------|
| | Registros | Situação |
| Em Atividade | 74 | Analisados |
| Em Extinção | 2 | Excluídos |
| Extinto | 3 | Excluídos |
| Curso Ontopsicologia | 1 | Excluídos |

Tabela 1: Critérios de inclusão e exclusão a respeito dos registros obtidos no relatório e-MEC.
Fonte: Elaborada pela autora.

A partir disso, iniciou-se o levantamento de informações a respeito dos 74 registros por meio dos sites oficiais das instituições. Nessa busca, foram elencados alguns dados de referência: i) site do curso; ii) contato da instituição, sendo preferencialmente o e-mail; iii) matriz curricular e iv) projeto pedagógico do curso (PPC) e/ou ementas.

Sobre os dados de referência destaca-se que i) apenas 1 registro não estava com o site em funcionamento, tendo como alternativa o contato por meio de mensagem em rede social, restando 73 registros com site institucional; ii) 32 registros não disponibilizavam e-mail, sendo possível contatá-los somente por telefone e/ou mensagens pelo site. Os demais 42 registros disponibilizavam o e-mail geral da instituição ou o e-mail da coordenação de curso; iii) dos 74 registros, 1 não possuía material sobre o curso no site oficial da instituição e 1 não estava com o site em funcionamento. Então, foi possível acessar a matriz curricular dos 72 registros restantes; iv) dos 74 registros, 8 disponibilizavam o Projeto Pedagógico do Curso completo, incluindo as ementas dos componentes curriculares. A tabela 2, compila as informações citadas acima, a respeito da distribuição dos 80 registros obtidos no relatório do e-MEC, nas categorias utilizadas para tratamento dos dados:

| Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC | | |
|--|---------------------------|-------------------------------|
| | Possui Informação no Site | Não Possui Informação no Site |
| Site do Curso | 73 | 1 |
| Contato da Instituição (e-mail) | 42 | 32 |
| Matriz Curricular | 72 | 2 |
| Projeto Pedagógico do Curso e/ou Ementas | 8 | 66 |

Tabela 2: Distribuição dos 80 registros obtidos no relatório do e-MEC nas categorias de tratamento.
Fonte: Elaborada pela autora.

Dos 32 registros que não disponibilizavam o e-mail no site, após contato por telefone ou site, teve-se como retorno 2 e-mails das instituições ou da coordenação de curso. Assim, após essa etapa, somado aos 42 registros de e-mails já existentes, foi encaminhado e-mail para 44 instituições de ensino com objetivo de receber informações a respeito das ementas trabalhadas no curso de psicologia, seja por meio do PPC, dos planos de ensino e/ou ementas. Dos e-mails encaminhados obteve-se 4 respostas, sendo apenas uma com envio do PPC. Os demais retornos informaram que não disponibilizariam o ementário por questões internas à funcionalidade destas instituições de ensino (IES), e duas ficaram à disposição para conversar a respeito de como a temática era trabalhada no curso. Encaminhamento não realizado, tendo em vista que não se enquadrava no escopo da pesquisa em questão.

Depois desses passos iniciais descritos, a análise documental foi realizada. Importa dizer que este estudo teve uma abordagem predominantemente qualitativa no que diz respeito à **análise de dados** e os achados foram submetidos à análise de conteúdo (BARDIN, 1994), compreendendo três fases: i) a pré-análise, ii) a exploração do material e iii) o tratamento dos resultados. Ou seja, inicialmente, foi necessária uma leitura geral dos documentos para fins de melhor conhecer seus conteúdos. Posteriormente, leituras foram realizadas buscando traçar possibilidades de categorias que dialogassem com o objetivo do estudo realizado. Também se julgou pertinente e apoiado nas possibilidades dadas pela análise de conteúdo de se observar a frequência de citação de alguns termos para medir o peso relativo atribuído à temática pesquisada (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 11.).

Essa pesquisa não envolveu custos para a pesquisadora e tampouco para as Instituições de Ensino participantes. Por se tratar de um levantamento documental, não houve a necessidade de análise pelo Comitê de Ética em Pesquisa.

4. DISCUSSÃO

As informações sobre a formação do(a) psicólogo(a) no que se refere a temática suicídio, circunscreveram-se aos documentos disponibilizados pelas instituições de ensino em seus sites oficiais e/ou enviados por e-mail. Sendo assim, foram analisados, de forma integral, os Projetos Pedagógicos do Curso de quatro instituições e mais cinco ementários de curso, totalizando nove arquivos. Dos nove arquivos, cinco eram de instituições públicas federais e quatro de instituições privadas. Em outras palavras, todas as instituições públicas que ofertam o curso de graduação em psicologia no estado do Rio Grande do Sul disponibilizaram nos sites oficiais os PPC e/ou as ementas dos componentes curriculares. Entendendo que as ementas também constam nos PPCs, focou-se neste elemento para realização das análises, para fins de uniformidade.

O primeiro encontro com os documentos se deu no sentido de conhecer o que estava registrado nos materiais, criar familiaridade com o que poderia ser de interesse desta pesquisa. Sendo assim, a primeira “pergunta” feita aos documentos foi: “*a palavra suicídio está presente de alguma maneira?*”. Para além do termo “suicídio” propriamente dito, buscou-se também termos correlatos, sendo eles: “luto”, “morte” e “morrer”¹. A partir desses achados foi possível iniciar algumas reflexões a respeito da “formação de psicólogos(as)” e “os encontros com a temática suicídio” ao longo da graduação em psicologia. Num esforço de melhor compreensão dessas reflexões criou-se as seguintes categorias de análise: i) presença do termo suicídio; ii) presença de termos correlatos em componentes curriculares obrigatórios e iii) presença de termos correlatos em componentes curriculares eletivos.

A tabela 3, contém a compilação das informações a respeito dos termos pesquisados no que diz respeito à frequência e números de componentes (obrigatórios e eletivos) em que aparecem:

| | Componentes Curriculares Obrigatórios | | Componentes Curriculares Eletivos | |
|----------|---------------------------------------|-------------|-----------------------------------|-------------|
| | Frequência | Componentes | Frequência | Componentes |
| Suicídio | 2 | 1 | X | X |
| Luto | 1 | 1 | 3 | 1 |
| Morte | 9 | 7 | 13 | 1 |
| Morrer | 2 | 2 | 6 | 1 |

Tabela 3: Compilação das informações de frequência e número de componentes dos termos pesquisados.
Fonte: Elaborada pela autora.

¹ Chama-se de correlato a palavra cujo sentido tem uma relação semântica com outra. Desta forma, o luto pode apresentar relação direta com o termo suicídio e entendendo este como uma forma de findar com a vida, aproxima-se os vocábulos “morrer” e “morte”.

No que tange a *presença do termo suicídio* foi encontrado dois registros num mesmo componente curricular obrigatório, que trata sobre os fundamentos sociais. Nesse caso, o termo aparece como um conteúdo do tópico “A sociologia Durkheimiana” e como bibliografia complementar na obra “O Suicídio” de Émile Durkheim. Com base nessas informações, pode-se entender a temática foi trabalhada como parte da obra do sociólogo, que trouxe uma “análise mais mecânica, com pesquisas quantitativas, fundamentadas em estatísticas, onde ele avaliou as tendências específicas que cada grupo social possuía para o suicídio” (RAMOS, 2018, p. 15).

Na categoria *presença de termos correlatos em componentes curriculares obrigatórios*, foram encontrados registros dos termos “luto” (1), “morte” (9) e “morrer” (2). A única ocorrência do termo “luto” deu-se em componente curricular obrigatório que abarcava os estudos a respeito do ciclo vital do ser humano. Nesse componente o termo foi contemplado no conteúdo programático, no tópico denominado “características da velhice”.

Os nove registros encontrados para o termo “morte”, estavam distribuídos em sete componentes curriculares diferentes, sendo que um desses registros se encontrava no item bibliografia complementar na obra intitulada “A morte e o imaginário na adolescência” de Silvia Tubert (1999). Os sete componentes curriculares que contemplaram a presença do termo “morte” estavam distribuídos nas seguintes áreas de estudo: psicologia hospitalar (3), relacionado aos processos de adoecimento e morte; ciclo vital (3), mais precisamente na fase denominada “adulter e velhice” e saúde coletiva (1), no tópico “doença e morte”. As duas ocorrências do termo “morrer” estavam alocadas em dois componentes curriculares distintos, porém da mesma área de estudos “psicologia hospitalar”. A partir dessa primeira análise, outros questionamentos foram surgindo, como: “*será que enquanto seres humanos, só nos deparamos com as temáticas luto e morte na fase da adulter e velhice?*” ou “*os assuntos relacionados a morte e morrer só são possíveis em contexto de doença e/ou hospitalar?*” e a respeito do suicídio “*qual espaço da temática na formação dos profissionais da psicologia?*”.

Essas são perguntas para que possamos refletir para além das previsibilidades ou do que é visto como padrão. Não há dúvidas que estudar sobre as questões do ciclo vital do ser humano, compreendendo as características e conflitos de cada fase é essencial para que, na prática profissional, possamos melhor contextualizar o atendimento usando a fase vital como contorno. Nesse sentido, é esperado que as questões relacionadas a proximidade e o sentido da morte se façam mais presentes na fase da “adulter e velhice” do que em fases anteriores. Contudo, precisamos estar preparados para lidar com tais temáticas de acordo com o dinamismo do viver e a (im)previsibilidade do morrer. Ou seja, pensando em formação profissional, se faz necessário estudarmos de que maneira esses assuntos se fazem presentes em outras fases do ciclo vital, quais impactos possíveis na vida dos envolvidos e as possibilidades de manejo das situações de luto.

A mesma reflexão é válida para pensarmos sobre a vida em relação ao contexto. É esperado que as temáticas “morte” e “morrer” circulem no ambiente hospitalar, seja pelos fatos em si ou simplesmente pela possibilidade do acontecimento. E o que está em questionamento aqui não é, em

nenhuma hipótese, a validade de se ver tais conteúdos quando se pensa em psicologia hospitalar, mas sim a ausência dessas temáticas em outros contextos. O exercício que se propõe aqui é o de sair do óbvio e ampliar as possibilidades de ação antes do momento da prática, quando ainda contamos com a comunidade acadêmica para melhor compreender tais questões. Quanto mais repertório tivermos a respeito dessas temáticas sensíveis à profissão, mais estaremos preparados para lidar com a diversidade que é do humano e inclusive com o tabu suicídio.

Na categoria *presença de termos correlatos em componentes curriculares eletivos* foram encontrados registros dos termos “luto” (3), “morte” (13) e “morrer” (6) em um único componente. Esse componente eletivo abarca estudos a respeito dos cuidados paliativos, englobando em sua ementa os “processos de luto”; o “luto em tempos de pandemia”; “a morte e o morrer na infância e juventude”; “diferentes concepções da morte”; “envelhecimento e morte”; “processos de morte no contexto hospitalar”; “espiritualidade/religiosidade nos processos de morte e morrer”; “processos de morte e morrer no contexto da pandemia” entre outros tópicos relacionados às temáticas.

Assim como o que estava registrado nos componentes curriculares obrigatórios, esse componente eletivo trouxe em sua ementa algumas conexões já esperadas com as temáticas “morte” e “morrer”, como por exemplo, no contexto hospitalar e a relação com a finitude da vida no processo de envelhecimento. Contudo, também foi proposto novos diálogos no que se refere a “morte e o morrer na infância e juventude”, sugerindo que tais temáticas também são uma possibilidade em outras fases do ciclo vital. Ou ainda, a discussão a respeito das “diferentes concepções da morte”, o que poderia inclusive abrir espaço para reflexões acerca da temática “suicídio”.

Mesmo se tratando de um componente eletivo, isto é, apenas os alunos que possuem interesse na temática central de “cuidados paliativos” vão ter acesso, possivelmente há um espaço potente no que se refere a ampliação do conhecimento e oportunidade de estabelecimento de novas conexões a respeito das temáticas supracitadas. Também importa dizer que se trata de um componente curricular atualizado, fruto de uma inclusão realizada em 2020 e que já abarca temáticas conectadas com o contexto de pandemia. Sendo assim, reflete-se sobre a possibilidade de que as instituições de ensino, ao passo que venham atualizar seus PPCs e visitar seus componentes curriculares (obrigatórios ou eletivos) ao longo do tempo, poderão incluir novos apontamentos a respeito dessas temáticas.

Outro termo correlato que foi encontrado nos arquivos em apenas dois componentes (um obrigatório e outro eletivo) foi o “luto”. No componente curricular obrigatório o termo foi relacionado a fase da “adulterez e velhice”, o que vai ao encontro das reflexões realizadas sobre os termos “morte” e “morrer” no que tange ao direcionamento das discussões para apenas uma fase do ciclo vital, por exemplo. Diante do que está registrado nos documentos institucionais, mais uma vez, se faz necessário tensionar os questionamentos sobre como e em que espaços essas discussões são possíveis dentro da graduação em psicologia. Se estivermos de acordo que o “luto pode ser caracterizado por um processo dinâmico e natural diante da perda de algo ou alguém significativo em nossa vida” (MAIA *et. al.*, 2021, p. 12), podemos pensar que o vivenciar desse processo está presente em muitos momentos do ciclo

vital. E a resposta que se tem diante do rompimento desse vínculo é o que, por vezes, faz com que aconteça o encontro com o profissional da psicologia nos mais diferentes contextos de atuação, que não somente o contexto hospitalar, por exemplo, como abordado no componente curricular eletivo.

Se faz necessário ressaltar que as reflexões registradas até aqui, em maneira nenhuma, tem intuito de afirmar que a temática “suicídio” ou os termos correlatos não são trabalhados ao longo da graduação em psicologia. O que é possível evidenciar no decorrer dessa pesquisa, são reflexões acerca da formalidade, daquilo que está registrado nos documentos oficiais disponibilizados pelas instituições de ensino que ofertam o curso de graduação em psicologia. Trabalhou-se aqui com a dimensão dos currículos declarados, isto é, o que está no campo do explícito, formal e registrado em documentos institucionais basilares. Entretanto, é sabido da possibilidade de que a temática do suicídio seja trabalhada de formas outras, inclusive enquanto currículo oculto e/ou atividades realizadas em momentos pontuais (MELO; OLIVEIRA; VERÍSSIMO, 2016).

Compreende-se que o Projeto Pedagógico do Curso lastreia e orienta a organização do trabalho docente, ecoando na prática cotidiana de sala de aula. Este documento representa o “entrelaçamento entre a organização de elementos da teoria e da prática” (SEIXAS *et. al.*, 2013, p. 114). E é com base na importância desse documento institucional que se propôs encontrar pistas de como a temática suicídio e/ou os termos correlatos têm sido contemplados em tais registros.

É igualmente importante compreender que, de acordo com as recomendações do Fórum Brasileiro de Pró-Reitores de Graduação (ForGRAD),

o Projeto Pedagógico da Graduação deve estar sintonizado com nova visão de mundo, expressa nesse novo paradigma de sociedade e de educação, garantindo a formação global e crítica para os envolvidos no processo, como forma de capacitá-los para o exercício da cidadania, bem como sujeitos de transformação da realidade, com respostas para os grandes problemas contemporâneos” (ForGRAD, 1999, p. 11).

Logo, pode-se entender que o Projeto Pedagógico do Curso produz e é produzido pelo contexto social, se tornando assim um “documento vivo”, que pode acompanhar as transformações no que diz respeito aos “problemas contemporâneos” que estarão presentes na prática profissional, visando preparar o(a) acadêmico(a) para atuar frente a tais questões. Nesse sentido, evidencia-se a relevância de que a temática do suicídio seja contemplada nos documentos balizadores da formação de psicólogos(as).

Ademais, entende-se o suicídio como uma das principais causas de mortalidade com custos sociais e emocionais devastadores e um grande problema de saúde pública global (MOUTIER, 2021). Trazendo para o contexto brasileiro, por meio do Sistema de Informação de Mortalidade (SIM/DATASUS) que desde 2008 registra o indicador “lesão autoprovocada voluntariamente”, referente às mortes por suicídio é possível constatar que a taxa de suicídio vem crescendo exponencialmente nas últimas décadas (JUNIOR, 2020), caracterizando assim a temática como um “problema contemporâneo”.

Outro aspecto importante, que situa a temática do suicídio como uma preocupação da contemporaneidade, é o próprio contexto pandêmico atual causado pela Covid-19. As medidas sanitárias adotadas neste período podem ocasionar o desenvolvimento de anomia, conceito bastante estudado por Émile Durkheim, em sua obra “O Suicídio”. Esses períodos de mudanças sociais, políticas ou econômicas, constituem a anomia - ausência de normas sociais e morais que sirvam de “guia” para a sociedade - (DURKHEIM, 2000), que podem resultar no que o autor denominou de “suicídio anômico” “proveniente da falta de conexão social e um aumento da preocupação com o próprio interesse” (NASCIMENTO; MAIA, 2021, p. 3).

Além disso, a pandemia de Covid-19 pode “levar a exacerbação ou desenvolvimento de uso de substâncias, ansiedade, depressão e outros transtornos psiquiátricos, impactando no aumento das taxas de suicídio durante e após a pandemia” (SHER, 2020 *apud* NASCIMENTO; MAIA, 2021, p.2). Evidenciando assim, que o impacto psicológico da pandemia de Covid-19 é tão preocupante quanto os impactos na saúde física.

Nesse sentido, retomando a compreensão de Müller, Pereira e Zanon (2017) a respeito do suicídio, entendido como um fenômeno multidimensional, que apresenta aspectos psicológicos, biológicos, socioculturais e ambientais, acredita-se que a formação e os estudos a respeito da temática, dentro da graduação em psicologia, também devam-se guiar por um olhar multifacetado. Ou seja, que as discussões sobre suicídio e temas relacionados sejam possíveis em diferentes componentes curriculares, principalmente os obrigatórios que tendem a contemplar o maior número de alunos.

A figura 1, demonstra algumas das conexões possíveis entre a temática suicídio e as diferentes áreas de estudo da psicologia. Longe de monopolizar as discussões da psicologia somente em torno do tema suicídio, o trabalho propõe a ampliação das possibilidades de encontro com a temática, nas mais diferentes perspectivas, principalmente nas relações que fogem da obviedade ou da previsibilidade.

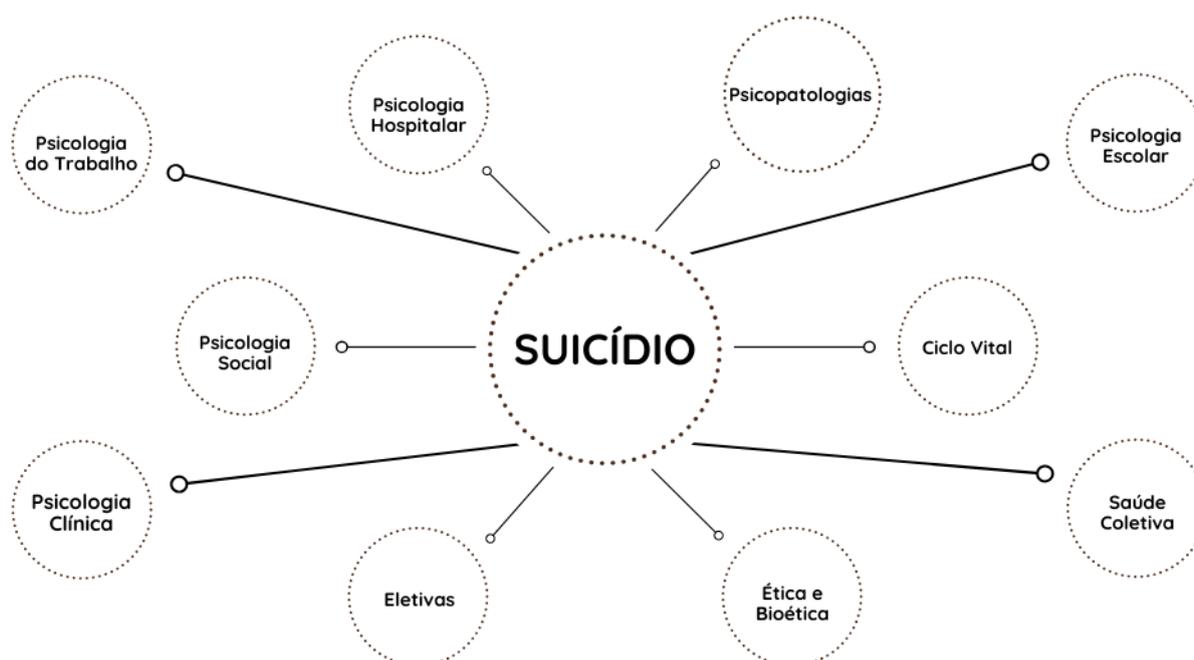


Figura 1: Possíveis conexões da temática suicídio com áreas estudadas na graduação em psicologia.
Fonte: Elaborada pela autora.

Um exemplo, dessas conexões ampliadas é unir as discussões sobre “escola” e “suicídio”. Em um dos recortes possíveis, pode-se pensar no público adolescente que atualmente representa o maior grupo de risco para o fenômeno suicídio (WHO, 2010). Reconhecidamente, a adolescência é uma fase de mudanças psicossociológicas, e tais transformações quando “acompanhadas de outros fatos ou situações, podem causar grandes perturbações” e serem avassaladoras, na medida em que os adolescentes “se sentem assoberbados com as preocupações, descobertas e incertezas vivenciadas nesse estágio da vida” (NEVES; PEREIRA; PEREIRA, 2020, p. 5). Diante desse contexto, “a escola tem sido considerada um importante espaço para inclusão de estratégias de prevenção do suicídio” (NEVES; PEREIRA; PEREIRA, 2020, p. 5), principalmente, por se caracterizar como um local de formação e amplo acesso de crianças e adolescentes. Ademais, tais argumentos também corroboram para a intersecção da temática “suicídio” com as demais fases do ciclo vital, como é o caso da adolescência.

Em uma outra dimensão, pode-se propor relacionar de forma ainda mais embricada a temática do suicídio aos componentes curriculares ligados ao trabalho que são abarcados na formação de psicologia. Logo, leva-se em consideração o trabalho como um fenômeno polissêmico (COLOMBY, 2019) que pode estar relacionado a fatores de proteção ou de risco à saúde mental, dependendo das configurações assumidas na vida de cada pessoa. Em alguns casos, por exemplo, o trabalho pode ser causador de dano à existência, quando modifica a vida de relações e/ou o projeto de vida (COLOMBY, 2019), isto é, causando um dano ainda em vida. Ao modificar de forma significativa a trajetória de vida de um indivíduo, “o trabalho pode constituir uma das causas do suicídio, e mesmo, ser a causa principal” (MERLO; HELOANI, 2013, p. 445). Nesse sentido, evidencia-se a relevância em conectar as temáticas “suicídio” e “trabalho”, no intuito de melhor preparar os(as) psicólogos(as) para atuação no âmbito organizacional e/ou da psicologia do trabalho, no que diz respeito a estar atento as questões de saúde mental.

Essas ações, para além da ampliação dos espaços de discussões a respeito do suicídio, buscam um alargamento de compreensibilidade sobre as questões que podem estar entrelaçadas no processo de “(in)decisão de pôr fim à vida” (AZEREDO, 2020, p. 33). É a sensação de “estranhamento” em debater aquilo que não é evidente, que pode nos aproximar dos estudos a respeito do tema e, por consequência, nos deixar melhor preparados para atuação profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo o objetivo de identificar como a temática suicídio se apresenta, em seus aspectos formais, nas instituições de ensino que ofertam o curso de graduação em psicologia no estado do Rio Grande do Sul, pode-se dizer que o acesso aos nove documentos disponíveis, permitiu uma análise exploratória dando pistas de como a temática está ou não presente nos documentos institucionais que balizam o curso de graduação em psicologia nas IES investigadas. Logo, o estudo também pode gerar reflexões acerca

de como se dão os encontros e/ou desencontros dos(as) acadêmicos(as) com os processos formativos ligados ao conteúdo programático suicídio.

No decorrer desse trabalho pôde-se perceber que pela óptica da formalidade, ou seja, daquilo que está registrado nos documentos oficiais das instituições de ensino, se tem oferecido um arcabouço muito reduzido de possibilidades de discussão a respeito da temática “suicídio” e/ou assuntos correlatos. Ou ainda, que essas são discussões direcionadas a etapas e contextos restritos, em que já se espera, ou se poderia considerar inevitável tratar de tais assuntos.

Essas constatações podem ser consideradas, no mínimo, preocupantes, principalmente entendendo a importância que tem o Projeto Pedagógico de Curso no desenvolvimento do trabalho de formação dos estudantes. Claro, que há que se considerar que este é um documento orientador e não limitador do trabalho docente. Contudo, qualquer esforço que se tem feito em trabalhar e trazer tais temáticas para o cotidiano de sala de aula e espaços de formação está para além dos ditames documentais.

Dentre as principais contribuições desse trabalho pode-se destacar o entendimento do suicídio como um fenômeno multidimensional, conectado a (a)temporalidade, cultura e sociedade (NETTO, 2007). Ou seja, há a necessidade de se entender o suicídio por diferentes perspectivas, alinhando esse constructo ao tempo, espaço e cultura em que está posto. Vale destacar também que na medida em que ele deve ser circunscrito em um recorte temporal, ele também é atemporal por ter sua presença marcada em diferentes momentos históricos. Outra questão presente neste trabalho, é o tensionamento para que a formação a respeito da temática também seja realizada por múltiplas lentes teóricas, em consonância com o contexto atual. Espera-se que para além da prática, ou dos esforços individuais da comunidade acadêmica, a relevância e as possíveis conexões com o tema sejam registradas nos documentos que orientam a formação dos profissionais de psicologia, inclusive podendo ser incluído enquanto Diretriz Nacional Curricular.

Além disso, por mais que ele possa ser um tema transversal, ele também pode ganhar espaço e relevância sendo citado em diferentes componentes curriculares, como já foi apresentado. Pois, nesse estudo parte-se do pressuposto de que o tema suicídio, assim como os termos correlatos são assuntos comuns no exercício da profissão dos(as) psicólogos(as), e que a prevenção, como elemento fundamental na preservação da saúde mental dos indivíduos, está conectada à (in)formação desses profissionais.

Tais reflexões fortalecem o argumento de que se faz necessário rever e aprofundar os estudos a respeito da formação dos profissionais da psicologia, principalmente pensando na temática suicídio. Contudo, entendendo o PPC como uma fonte primária de dados, ressalta-se a importância de um aprofundamento nesta análise, pois alguns aspectos não puderam ser contemplados pela pesquisa documental. Assim, sugere-se que outros instrumentos e metodologias sejam utilizadas para melhor compreender o que acontece na prática de sala de aula e espaços de formação, quando pensamos na temática “suicídio” e os possíveis encontros ao longo da graduação em psicologia.

REFERÊNCIAS

ABEP-Associação Brasileira de Ensino de Psicologia. **Linha do tempo da psicologia**. Disponível em: <http://www.abepsi.org.br/formacao/linha-do-tempo-da-psicologia/>. Acesso em: 20 de jul. de 2020.

ANDRÉ, Willian. Sobre o Conceito de Suicídio. **Revista Estação Literária**, Londrina, vol. 20, p. 154-174, mar. 2018.

AZEREDO, Renata Ferreira de. A questão do suicídio da população LGBT: uma compreensão fenomenológica existencial. **Revista Latinoamericana de Psicologia Existencial**. Un Enfoque Comprensivo Del Ser, n. 20, p. 30-38, 2020.

BARBOSA, Maria Denilva de Lima. **Estudo sobre a reestruturação curricular do curso de Psicologia da Universidade de Brasília**: o processo e seus produtos. Dissertação de Mestrado da Universidade de Brasília, 2007.

BARROS, Vera Lúcia Souza dos Santos de; AQUINO, Larissa Queiroz Azevedo de. A atuação do psicólogo frente ao comportamento suicida. **Revista Amazônia: Science & Health**, 2019, vol. 7, nº 1.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. **Parecer nº 403** 1962b. Disponível em: <http://abepsi.org.br/wp-content/uploads/2011/07/1962-parecern403de19621.pdf>. Acesso em: 20 de jul. de 2020.

BRASIL. **Lei nº 4.119**, de agosto de 1962. Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo, 1962a. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/decreto_1964_53464.pdf. Acesso em: 20 de jul. de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Ensino Superior. **Resolução nº 8**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Psicologia, 2004b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=7690&Itemid=. Acesso em: 20 jul. de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Ensino Superior. **Parecer nº 1.314**. Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação em Psicologia, 2004a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ces062.pdf>. Acesso em: 20 de jul. de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES Nº 5**, de 15 de março de 2011. Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, estabelecendo normas para o projeto pedagógico complementar para a Formação de Professores de Psicologia. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2011.

BRASIL. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 13 de jun. de 2013**. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 14 fev de 2021.

BRASIL. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 de maio de 2016**. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/22917581. Acesso em: 14 fev. de 2021.

BROOKS, Samantha K. et al. The psychological impact of quarantine and how to reduce it: rapid review of the evidence. **The lancet**, v. 395, n. 10227, p. 912-920, 2020.

CARVALHO, Francielle Fátima de; DEUSDEDIT JÚNIOR, Manoel. Breves considerações sobre sentido da vida e suicídio: reflexões à luz da psicologia fenomenológica-existencial. **Revista Criminalística e Medicina Legal**, n.1, v.2, 2017.

CFP-Conselho Federal de Psicologia. **Quantidade de Psicólogos**. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/>. Acesso em: 17 de jul. de 2020.

COLOMBY, Renato Koch. “Viver como um zumbi”: o dano existencial à luz da polissemia do trabalho. Tese de Doutorado em Administração. **Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, 2019.

CRP/RS-Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul. **Psicólogos(as) Ativos(as)**. Disponível em: <http://crprs.ddns.net:8081/siscafweb/pesquisaRegistro.do;jsessionid=08C8E8286FC0A57C880F3928F1C6DE29>. Acesso em: 17 de jul. de 2020.

CUSTÓDIO, Anderson Henrique Padilha; ANUNCIACÃO, Nathã Henrique Ferreira. Ideação suicida e fenomenologia-existencial: um olhar para o momento de solicitação de ajuda a partir do solicitado. Trabalho de Conclusão de Curso de Psicologia, Centro **Universitário Católico Salesiano Auxilium**. São Paulo-SP, 2018.

CVV-Centro de Valorização da Vida. **Falando abertamente sobre suicídio**. Centro de Valorização da Vida, 2017.

CVV-Centro de Valorização da Vida. **O movimento**. Centro de Valorização da Vida, 2019. Disponível em: <https://www.setembroamarelo.org.br/o-movimento/>. Acesso em: 27 abril 2020.

DAMASCENO, Nauristela Ferreira Paniago et al. Formação em psicologia: o processo histórico e a análise de um projeto político pedagógico. **Interfaces Da Educação**, v. 7, n. 21, p. 243-264, 2016.

DICIO. **Dicionário Online de Português**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/>. Acesso em 14 de jun de 2020.

DURKHEIM, Émile. **O Suicídio**: estudo de sociologia. STABEL, Mônica (Trad.). São Paulo: Martins Fontes, 2000.

e-MEC. **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC**. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/>. Acesso em 13 out 2021.

FEIJOO, Ana Maria Lopez Calvo de. Uma análise crítica dos estudos fenomenológicos sobre suicídio. In: FEIJOO, A. M. L. C. (Org.) **Suicídio: entre o morrer e o viver**. Rio de Janeiro: IFEN, 2018.

FERNANDES, Sarah Ruth Ferreira. **Psicologia e formação generalista**: Do currículo mínimo às diretrizes curriculares. 2016. Dissertação de Mestrado, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2016.

FIOCRUZ. **Suicídio na Pandemia de COVID-19**. Saúde Mental e Atenção Psicossocial na Pandemia de COVID-19. Ministério da Saúde, 2020.

ForGRAD-Fórum de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras. Do Pessimismo da Razão ao Otimismo da Vontade: referências para a construção de Projetos Pedagógicos nas IES Brasileiras. In: **Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação**, ForGRAD: 1999.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 6 ed., 2008.

GUNNELL, D. et al. **Suicide risk and prevention during the COVID-19 pandemic**. Lancet Psychiatry, 2020. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lanpsy/article/PIIS2215-0366\(20\)30171-1/fulltext#%20_](https://www.thelancet.com/journals/lanpsy/article/PIIS2215-0366(20)30171-1/fulltext#%20_) Acesso em: 07 de maio de 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2018**[online]. Brasília: Inep, 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 20 de jul. de 2020.

ISOP-Instituto de Seleção e Orientação Profissional. **Curso de análise crítica dos métodos de exploração da personalidade**. Arquivos Brasileiros de Psicotécnica, 1(2), 99-100, 1949. Disponível em: <https://sistema.bibliotecas.fgv.br/>. Acesso em: 20 de jul. de 2020.

ISOP-Instituto de Seleção e Orientação Profissional. **Cursos de extensão e aperfeiçoamento**. Arquivos Brasileiros de Psicotécnica, 3(4), 111-124, 1951. Disponível em: bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpt/article/download/13031/11911. Acesso em: 20 de jul. de 2020.

ISOP-Instituto de Seleção e Orientação Profissional. **Cursos de formação, extensão e aperfeiçoamento**. Arquivos Brasileiros de Psicotécnica, 4(4), 113-121, 1952. Disponível em: bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpt/article/download/13231/12132. Acesso em: 20 de jul. de 2020.

JAPUR, Marisa. **Formação em psicologia: a perspectiva da carta de Serra Negra**. Paidéia (Ribeirão Preto), n. 7, p. 42-55, 1994.

JORGE, Maria Helena Prado de Mello; LAURENTI, Ruy. Apresentação. **Rev. Saúde Pública**, 31 (4 Suplemento): 1-4, 1997.

JUNIOR, Carlos Stavizki. Os riscos sobre o aumento dos casos de suicídio no contexto de pandemia: Perspectivas para a prevenção no estado do Rio Grande do Sul-Brasil. **Ágora**, v. 22, n. 2, p. 4-21, 2020.

LESSA, Maria Bernadete Medeiros Fernandes. Um estudo sobre a moralização do suicídio. In: FEIJOO, A. M. L. C. (Org.) **Suicídio: entre o morrer e o viver**. Rio de Janeiro: IFEN, 2018.

LOPES, Fábio Henrique; MARQUETTI, Fernanda Cristina. Suicídio, seus sentidos histórico-sociais e o sofrimento humano. **Revista M. Estudos sobre a morte, os mortos e o morrer**, v. 4, n. 7, p. 5-7, 2019.

MAIA, Bruna Rafaele; CAMPOS, Bruna Rafaele Rodrigues; FERREIRA, Flávia Neves *et. al.* **E os que ficam?** Cartilha de orientações sobre o luto decorrente da morte de um ente querido no contexto da covid-19. Araraquara, SP : Padu Aragon, Editor, 2021.

MARTINI, Renato da S. A fenomenologia e a epochê. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, 21/22: 43-51, 1998/1999.

MELO, Fabíola Cristina; OLIVEIRA, Maria Betânia Pereira de; VERÍSSIMO, Melina Teixeira da Costa. Quais são as vozes do currículo oculto? **Revista Evidência**, v. 12, n. 12, 2016.

MERLO, A. R. C. e HELOANI, R. **Suicídio (e trabalho)**. In: VIEIRA, F.O.; MENDES, A.M.; MERLO, A.R.C. Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho. Curitiba : Juruá, 2013, p.445-449.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. A autoviolência, objeto da sociologia e problema de saúde pública: a sociological concern and a public health problem. **Cad. Saúde Pública [online]**. 1998, vol.14, n.2, pp.421-428.

MORIN, Alejandro. Sin palabras. Notas sobre la inexistencia del término 'suicida' en el latín clásico y medieval. **Circe clássico e moderno**, n. 12, p. 159-166, 2008.

MOUTIER, Christine. Suicide prevention in the COVID-19 era: transforming threat into opportunity. **JAMA psychiatry**, v. 78, n. 4, p. 433-438, 2021.

MÜLLER, S. A.; PEREIRA, G.; ZANON, R. B. Estratégias de prevenção e pósvenção do suicídio: Estudo com profissionais de um Centro de Atenção Psicossocial. **Revista de Psicologia da IMED**, Passo Fundo, vol. 9, n. 2, p. 6-23, Jul.-Dez., 2017.

NASCIMENTO, Alice Barbosa; MAIA, Juliana Leal Freitas. **Comportamento suicida na pandemia por COVID-19**: Panorama geral. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 5, p. e59410515923-e59410515923, 2021.

NETTO, Nilson Berenchtein. **Suicídio: uma análise psicossocial a partir do materialismo histórico dialético**. Dissertação de Mestrado do Programa de Estudos de Pós-Graduação em Psicologia Social, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP. São Paulo, 2007.

NEVES, Cristina Camões Sampaio; PEREIRA, Ana Paula Cunha; PEREIRA, Carlos Alberto Sanches. Estratégias de prevenção do suicídio na escola para adolescentes: uma revisão de literatura na base medline. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 7, p. e300973945-e300973945, 2020.

OLIVEIRA, Caio Rudá. **Formação em Psicologia no Brasil**: história, constituição e processo formativo. Dissertação de Mestrado, do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares, da Universidade Federal da Bahia, 2015.

Organização Mundial da Saúde-OMS. **Suicide prevention**. WHO, 2019. Disponível em: https://www.who.int/mental_health/suicide-prevention/infographic/es/. Acesso em: 27 abril 2020.

PEREIRA, Marluce Mineiro. Suicídio indígena no alto Rio Negro: uma compreensão sobre o fenômeno em um contexto culturalmente diferenciado. In: GUTIERRES, D. M. D.; RIBEIRO, J. H. S. (Org.) **Suicídio: diálogos interdisciplinares**. Manaus: EDUA, 2018.

PORCINO, José Maciel Araújo; PORCINO, Jadcely Maria Viturino Serafim; PEREIRA, Valéria Amanda Jerônimo; CAIANA, Rayane Alexandrino. In: Renato Koch Colomby; Julice Salvagni; Cibele Cheron.. (Org.). **A Covid-19 em múltiplas perspectivas - Saúde, psicologia e direitos humanos**. 1ed.Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2020, v. 3, p. 255-257.

PRIBERAM. **Dicionário Online**. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/>. Acesso em: 14 de jun de 2020.

PUENTE, Fernando Rey. **Os Filósofos e o Suicídio**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

RABELO, Elizabeth Avelino. A morte de si por escrito: análise fenomenológica de cartas e bilhetes deixados por pessoas que se mataram. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano. **Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo**, 2019.

RAMOS, Kézia Braga. **A temática do suicídio no ensino de psicologia**: uma análise documental. 2018.

REGER, M. et al. **Suicide Mortality and Coronavirus Disease 2019 - A Perfect Storm?** *JAMA Psychiatry*, 2020. Disponível em:

<https://jamanetwork.com/journals/jamapsychiatry/fullarticle/2764584>. Acesso em: 07 de maio de 2020.

RIBEIRO, Joaquim Hudson de Souza Ribeiro; NEPONUCENO JÚNIOR, Miguel Simões Neponuceno. A visão filosófica do suicídio. In: GUTIERRES, D. M. D.; RIBEIRO, J. H. S. (Org.) **Suicídio: diálogos interdisciplinares**. Manaus: EDUA, 2018.

RIBEIRO, Joaquim Hudson de Souza; GUTIERRES, Denise Machado Duran. Introdução. In: GUTIERRES, D. M. D.; RIBEIRO, J. H. S. (Org.) **Suicídio: diálogos interdisciplinares**. Manaus: EDUA, 2018.

RIBEIRO, Maisa Elena; SOLIGO, Ângela Fátima. Diretrizes Curriculares e Formação Do Psicólogo Brasileiro: Avanços, Retrocessos E Desafios. **Integración Académica en Psicología**, 2020.

RIVERA, Gonzalo H. Amador. Suicidio: consideraciones históricas. **Rev Med La Paz**, 21(2); Julio - Diciembre 2015.

ROCHA JUNIOR, Armando. Das discussões em torno da formação em psicologia às diretrizes curriculares. **Revista Psicologia-Teoria e Prática**, v. 1, n. 2, 1999.

RUDÁ, Caio; COUTINHO, Denise; ALMEIDA FILHO, Naomar. Formação em psicologia no Brasil. **Memorandum: memória e história em psicologia**, v. 29, p. 59-85, 2015.

RUDÁ, Caio; COUTINHO, Denise; DE ALMEIDA FILHO, Naomar. Formação em psicologia: Uma análise curricular de cursos de graduação no Brasil. **Revista e-Curriculum**, v. 17, n. 2, p. 419-440, 2019.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, n. 1, 2009.

SEIXAS, Pablo Sousa; COELHO-LIMA, Fellipe; SILVA, Suzany Gadelha; YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. Projeto Pedagógico de Curso e formação do psicólogo: uma proposta de análise. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 17, p. 113-122, 2013.

SOUZA, Marilene Proença Rebello de; FACCI, Marilda Gonçalves Dias; SILVA, Silvia Maria Cintra da. EDITORIAL 22.1-Sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 22, n. 1, p. 13-16, 2018.

TAVARES, Mariana. Prefácio. In: BOTTI, N. C. L. et al. (Org.). **Suicídio em infográficos: coletânea de infografia temática**. Divinópolis: UFSJ, 2019.

TEIXEIRA, Selena Mesquita de Oliveira; SOUZA, Luana Elayne Cunha; VIANA, Luciana Maria Maia. O suicídio como questão de saúde pública. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 31, n. 3, 2018.

TRAVASSOS, Rômulo; MOURÃO, Luciana. Lacunas de Competências de Egressos do Curso Psicologia na Visão dos Docentes. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38, n. 2, p. 233-248, 2018.

VERÍSSIMO, Daniela da Silva et. al. Infografia da história do suicídio. In: BOTTI, N. C. L. et al. (Org.). **Suicídio em infográficos: coletânea de infografia temática**. Divinópolis: UFSJ, 2019.

VICTORA, Ceres. **O Suicídio**. Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 14(1):7-34, jan-mar, 1998.

WHO-World Health Organization. Suicide prevention (SUPRE). WHO, 2010.